

A extinção do CFE *Educação*

Após as denúncias publicadas por O Estado de S. Paulo sobre o tráfico de influência, nepotismo administrativo, corrupção e favorecimentos praticados no âmbito do Conselho Federal de Educação (CFE), o ministro Murílio Hingel anunciou a disposição do governo de promover uma ampla reestruturação das funções e prerrogativas desse órgão, a fim de que volte a concentrar sua atenção no estabelecimento das diretrizes básicas da política educacional brasileira, nos seus diferentes níveis.

Essa era, originariamente, a principal função do Conselho Federal de Educação. Criado nos anos 30 como simples órgão de assessoramento do ministro da Educação, nos anos 60 ele ganha poder de ação normativa no âmbito do ensino superior, desvirtuando-se progressivamente a partir daí. Nos últimos tempos, a pretexto de zelar pela qualidade da educação universitária, ele tem limitado sua atuação à concessão de autorizações para a criação de novos cursos, muitos com fins exclusivamente mercantilistas, e para a conversão de faculdades particulares sem qualquer expressão em "universidades".

Ao assumir as feições clássicas de um organismo público de natureza cartorial, o Conselho tornou-se um foco de irregularidades, esvaziou parte das competências funcionais do ministro da Educação e contribuiu, com a multiplicação de suas "autorizações" e a subsequente proliferação dos famosos **cursos-de-fim-de-semana** , para a degradação de nosso ensino superior. Na mesma semana em que a imprensa noticiou a existência de um escritório de representação das faculdades responsáveis por esses cursos funcionando dentro das próprias instalações do Conselho, revelando o ponto a que chegou sua deterioração funcional e moral, o respeitado Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da USP (Nupes) divulgou um importante levantamento sobre as 106 "melhores"

universidades brasileiras.

Esse levantamento traça um retrato dramático dessas instituições. Ele mostra que metade dos docentes trabalha em universidades que não fazem qualquer tipo de pesquisa; são professores horistas, sem maior qualificação e concentrados no setor privado, recebendo por aula ministrada. Atualmente, 35,6% dos professores universitários estão nestas condições. Os técnicos do Nupes também identificaram, em sua pesquisa, o professor "corporativo" — aquele que trabalha nas universidades públicas, não possuindo titulação, não tendo vinculação com qualquer trabalho de pesquisa e não tendo maiores compromissos com a vida acadêmica, mas gozando do direito à estabilidade e do regime de "dedicação exclusiva". Esse tipo de mestre representa 27,8% do nosso corpo docente universitário, segundo o Nupes.

Para reverter essa situação e acabar com a estrutura mercantil-cartorial gerada pelo Conselho Federal de Educação, a única saída, como afirma o ministro Murílio Hingel, é a reorganização desse órgão e a criação de novos mecanismos de fiscalização e avaliação. Em vez do controle meramente burocrático como o que hoje é feito, e que se presta ao tráfico de influência e à corrupção, o ideal seria a adoção da titulação docente como um dos critérios básicos para a autorização de novos cursos e criação de novas instituições. As universidades públicas e privadas consideradas medíocres teriam um prazo para se recuperar, sob pena de serem obrigadas a fechar suas portas.

Sensatas e realistas, essas propostas precisam ser postas em execução o mais rapidamente possível, sem qualquer concessão ao corporativismo dos docentes das universidades estatais, ao clientelismo dos políticos profissionais e aos interesses mercantilistas daqueles que vêm no ensino superior apenas um rendoso negócio.